

NOTAS SOBRE O “DESDIZER” E O “DESEXPLICAR”, DE FRANCISCO BENTO DA SILVA, NA OBRA “ACRE, FORMAS DE OLHAR E DE NARRAR: NATUREZA E HISTÓRIA NAS AUSÊNCIAS”

SILVA, FRANCISCO BENTO DA. ACRE, FORMAS DE OLHAR E DE NARRAR: NATUREZA E HISTÓRIA NAS AUSÊNCIAS. / FRANCISCO BENTO DA SILVA. – RIO BRANCO: NEPAN, 2020.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, Formas de Olhar e de Narrar: Natureza e História nas Ausências** / Francisco Bento da Silva. – Rio Branco: Nepan, 2020.

Eziz Leite de Moura Júnior¹

A proposta da resenha é apresentar a obra “Acre, Formas de Olhar e de Narrar: Natureza e História nas Ausências”, do escritor, professor e pesquisador Francisco Bento da Silva. O livro é o resultado do estágio de pós- doutoramento no curso de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi, pensado e produzido entre agosto de 2019 até meados de 2020. No texto, o autor propõe desenvolver debates a respeito da historiografia, da natureza e dos imaginários que permeiam a história do Acre. Utilizando-se Para isso, utiliza-se de fontes documentais como: jornais, relatórios da época e referenciais teóricos dos mais diversos campos do conhecimento. Com isso,, o autor propõe diálogos que buscam novos modos de narrar e de olhar o Acre.

O pesquisador, ao escolher o título, já direciona o leitor a sua posição de questionador e de problematizador no campo das mentalidades. As colocações são bem articuladas, organizadas e cirurgicamente conceituadas para que o leitor, ainda que com pouco contato com a temática, se sinta confortável com a leitura. Francisco Bento da Silva (20200000, p.15 00), já no início do livro, deixa claro que: “não sou poeta”, mostrando sua posição de distanciamento de qualquer “liberdade poética” ou senso comum. Diante disso, o autor se aproxima e se utiliza de um

¹ Licenciado em História pela Faculdade Estácio de Sá. Bacharelado em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC), 6º período. Bolsista PIBIC (2019-2021).
Email: junior.469@hotmail.com

aglomerado de fontes e de referências as quaisque suportaram sua obra. As problematizações que o autor propõe são referentes aos discursos de vazio, de ausência e de inexistência de saberes e viveres amazônicos, e que, na sua visão, contrapõem as realidades múltiplas que foram intencionalmente silenciadas pela historiografia hegemônica.

Francisco Bento da Silva organiza suas ideias e problematizações a partir de um recorte espacial e cronológico. O espaço é o Acre Territorial, e, posteriormente, sua integração como “estado-nação”, e ode modo que o tempo cronológico se articula entre o início e meados do século XX. Com tempo e espaço definidos, o sumário ganha consistência e organização, estruturando-se em quatro capítulos e subtítulos. O ponto de partida da obra é a contextualização dos conceitos introdutórios que formam o prólogo — “o Acre como caricatura”. Nessas primeiras páginas, o autor delimita conceitos, abordagens, motivações, inquietações a respeito das narrativas que sobressaíram e sobressaem como “verdades” absolutas e incontestáveis sobre as múltiplas vivências e realidades da região.

O prólogo é a primeira etapa da obra que começa com a descrição de uma visão decolonial, que desfaz, desconstrói e desarticula a história feita e imaginada a partir das elites políticas, intelectuais e econômicas locais. Para o pesquisador Francisco Bento da Silva, os lugares da história, da historiografia e do historiador se alteram com o tempo e com suas movimentações. Por isso, o desafio não é só produzir conhecimento, mas também criar desconhecimento a partir do que já é conhecido. Faz parte, também, destronar o mito, descobrir o coberto, revelar o escondido, reciclar, inventar e redescobrir o passado através dos vestígios deixados.

Por meio através dessas orientações, o autor desloca-nos para suas preocupações que o colocam no centro das disputas discursivas que reverberam a sua própria construção social, cultural e mental. Pois, como acreano que nasceu, vive e trabalha nesse lugar, o professor coloca-se, também, como provocador da sua própria história, questionado o seu próprio “local de fala”, indagando acontecimentos, narrativas e integrações que sustentam a sua própria nacionalidade e regionalidade identitária. Essa dinâmica apresenta a quebra do natural, da essência, e coloca o autor na posição de “desdizer” e de “desexplicar” as narrativas hegemônicas que foram sobrepostas através dos discursos da mentalidade coletiva.

Nessa linha de pensamento, o escritor abraça a ideia de reimaginar, de ressignificar “de dentro e por dentro” a historiografia nas/das Amazônias, alargando e influenciando novas perspectivas e abordagens para novos saberes acadêmicos. Essa nova forma de olhar e de narrar a história possibilitou ao autor escrever a obra “Acre, formas de olhar e de narra: história e natureza nas ausências”. Para o autor, a intenção é romper com as narrativas hegemônicas que

reverberam o senso comum, destronando “verdades” absolutas e, cristalizadas que protegem os “heróis”.

O pesquisador enfatiza em “desexplicar” o explicado, desconstruir o construído e desimaginar o imaginado. Diante de tal proposta, as ausências se tornam viáveis e cheias de significados e de ressignificados que são omitidos a partir do pensamento de progresso estatal e social. Para o autor, o Acre, através dos discursos, corpos e espaços, não é uma coisa que ficou no passado, mas é uma discussão atual e moderna, hoje sinalizadas e narradas a partir das novas mídias sociais (*Instagram, Facebook*, entre outras) que ainda desenhavam o Acre como lugar abissal, inabitável e pré-histórico.

O escritor parte sua escrita pelo o conceito de caricatura, indicando um termo que se refere à distorção, ao exagerado, ao imaginário cômico, ao estereotipado, ao estigmatizado e à alegoria circense. Esses indicadores são identificados pelo autor a partir da historiografia hegemônica, estabelecida como “verdade” a partir do Tratado de Petrópolis (1903), no qual se passa a observar a criação das gêneses identitárias e regionalistas acreanas. Essa ação formaliza os “bravos” e “heroicos” personagens das narrativas, que atualmente reverberam na frase “somos brasileiros por opção”.

Ao entrar no campo das representações, das memórias e da historicidade, o autor se ancora nos autores Roger Chartier (2011), e Christian Kieling (2014), entre outros. A partir desses diálogos, o pesquisador levanta questionamentos a respeito da montagem e da desmontagem da história. Essas conversações retraem os diálogos aos pensamentos referentes ao “novo mundo” e suas consequências nos processos colonizatórios. Para Francisco Bento da Silva, esse contato que cria a relação do “normal” e do “estranho”, do “eu” e o do “outro”, torna o espaço ideal para conflitos sociais e culturais que articulam e desarticulam corpos e espaços.

Nessa complexa dinâmica, a dualidade é a protagonista, pois, ao entrar nas lacunas da história, o autor traz novidades que não estão na superficialidade da história contada. Essa é a principal proposta do pesquisador no livro: “remontar o passado novamente”, a partir de uma operação historiográfica e documental, onde na qual o principal objetivo não é descobrir, e simmas redescobrir o ignorado. Diante desses paradoxos, o autor percorre textos auxiliares de Anderson (2008), Euclides da Cunha (2000), Benjamim (2013), Didi-Huberman (2017), entre outros.

O texto do autor nos orienta a tomarmos cuidado tanto com a parte “amarga” e quanto com a “doce” da história, pois qualquer uma delas, em dosagens exageradas, podem nos conduzir a pensamentos ortodoxos. Nesse contexto, o professor desloca sua narrativa aos tempos das

redes sociais, nos quais onde *blogs*, *sites*, aplicativos e páginas são ferramentas de polarização da inexistência do Acre, identificado, por vezes, em tom de sátira, ironia e sarcasmos. O Acre se tornou nas narrativas modernas o *habitat* de dinossauros e monstros. Essas dinâmicas discursivas são apresentadas pelo autor a partir de problematizações feitas a partir da obra e do documentário chamado “O Acre Existe” (2013), que remonta a experiência de alguns “viajantes” paulistas que buscam “provar” a existência do estado.

Para o pesquisador as “evidências” trazidas pelos “expedicionários” não são nada mais que a junção e a reprodução do senso comum, vinculando a narrativa dos nativos, dos nordestinos e dos povos das florestas como uma hegemonia identitária. O autor, ainda, para fortalecer sua problematização, reivindica a fala dos professores do curso de Jornalismo da UFAC, Aquinei Timóteo e Francielle Mendes, que, ao se deparem com as narrativas dos autores, apontam como discursos estereotipados e heterogênicos do espaço e dos habitantes.

Outro trabalho que Silva (2020) usa como contra ponto às narrativas da “existência” ou não do o Acre, é a dissertação de Giselle Lucena, intitulada “O Acre (não) existe: um estudo sobre identidade, memória e midiaticização” (2014). O autor toma como referência o estudo da pesquisadora e problematiza os contextos midiáticos, o estudo da professora, analisando os contextos midiáticos, pois, para Silva (2020), em ambientes virtuais os “anônimos” verbalizam o imaginário antes retratados em registros documentais. A xenofobia, por vezes maquiada por de zombaria, piadas e ironias corrosivas, alimentam a agressão invisível ao pensamento colonizado. Essa situação, para o autor, se coloca como um paradoxo para quem tenta desfazer as inverdades ali postadas. Os mitos e os boatos agora são uma mistura de risos ao politicamente incorreto. E essa inexistência acreana, por meio das redes sociais, confronta a identidade “verdadeira” que é des [acre]ditada todos os dias.

Para o escritor, essas narrativas polissêmicas sobre um Acre inóspito, estranho e exótico, propõem um revisionismo histórico a respeito dos viajantes, cientistas e naturalistas que vieram para o “Novo Mundo” depois século XV. Desde modo, Silva (2020) se sente no dever de contextualizar conceitos de modernidade e de civilização a partir da ocupação e colonização. Ainda, dentro do recorte espacial e cronológico, ele o autor coloca a discussão nos aspectos da constituição de “estados e territórios”.

O autor ainda buscar problematizar as “gêneses” desses delírios da visão do europeu, que se estabeleceram como “verdades” através dos séculos a partir de discursos e narrativas que foram registradas através de crônicas, relatos e ilustrações que desenham o imaginário sobre as Amazônias. Por vezes, pessoas colocados, como espaço e comportamentos sociedades eram

colocados como “incivilizadas” e “hostis”. Alguns relatos são mostrados como objetos “comprobatórios” que remontam e perpetuam o imaginário dos viajantes a respeito dos hábitos e espaços amazônicos.

Ao dialogar com Abguar Bastos, Euclides da Cunha e Craveiro Costa, entre outros, o autor remonta aos mitos das Amazônias, apresentando como os mais disseminados aqueles sobre a natureza e sua imponência. Segundo Silva (2020), ao narrar os espaços e pessoas, os viajantes descreviam os fenótipos, jeitos e perfis que denotassem a negligência intelectual, existencial e humana., Assim, para o escritor, a região é taxada como trópicos úmidos, sertão, e habitat selvagem. Diante desses pensamentos, o autor desenvolve suas preocupações e problematizações diluídas em quatro capítulos.

O primeiro capítulo traz os subtítulos: “O deserto e as distâncias: natureza, nacionalidade e história”; “O espaço das ausências: vazio, barbárie, tempo e natureza”; “A conquista do território – territorialização e territorialidade”; “Arquitetura urbana: as ausências do bom gosto no Acre Federal”. Nessas subseções entre as páginas 41 e 90, o autor aprofunda a concepção de “vazio” em relação ao espaço natural e humano, em especial questionado pelos primeiros governadores territoriais que não se conformaram ao ver a região completamente descolada da realidade a qual eles estavam acostumados. Para o autor, ao se depararem com o espaço, categorizaram a natureza e os habitantes como exóticos, primitivos, rudes, preguiçosos e sem alma, e essa imagem inventada criou um espaço “vazio de tudo”.

A partir de narrativas identificadas em fontes documentais e em referenciais teóricos, o pesquisador proporciona discussões com os conceitos de representações, identidades, temporalidades que circulam nos discursos a respeito do lugar/espaço colocado, por vezes, como “vazio”, “selvagem” e “região sem história”, sobressaindo o discurso do “deserto em busca de nacionalidade”. O Acre Federal é o epicentro dos questionamentos do professor, que, busca deslocar a imagem do “acreano original”, o “vencedor” da batalha homem contra natureza na busca pela redenção regional/nacional. Para o autor, as narrativas agora atreladas ao espaço e povo, se tornam a base teórica para a domesticação do homem e da natureza da região. Esses modos operantes são o principal eixo de debates presentes em todo o primeiro capítulo, no qual Francisco Bento nomeia-o como: “O Acre como deserto conquistado: amansar e civilizar como missão”missão” (2020, p.39).

No segundo capítulo, Francisco Bento da Silva traz os “incômodos” naturais e humanos que são as principais afrontas ao pensamento da relação civilizador e colonizado. As narrativas se fortalecem a partir dos subtítulos: “A fauna e a Flora: riqueza, exuberância e selvageria”; “A selva

como sombra da civilização”; “Alimentação, doenças e os corpos “fora do lugar”; e o último: “A natureza redimida no espaço urbano”. Nesse trecho do livro *Entre as páginas 93 e 137*, com o auxílio de documentos, o autor coloca em discussão o papel dos bichos, da flora e da fauna na construção das narrativas higienistas, sanitaristas e modernistas. Esses pontos são colocados pelo autor como “ameaça” ao colonizador, e essa visão que reverbera em medidas para a supressão do “selvagem” homem e natureza.

Dentro desse contexto, o pesquisador também apresenta os hábitos alimentares, os corpos e as doenças nas Amazônias, confrontando com dados e relatos publicados em jornais e relatórios oficiais da época. Localizando e apresentando. Ele também localiza e apresenta, a partir de fontes e referências teóricas, sobre a base alimentar e os produtos comestíveis, que, por vezes, são considerados impróprios para os viajantes e sanitaristas. Também, o autor também pontua sobre o consumo predatório de tartarugas e seus ovos, que, por tempos, foi a base econômica e alimentar de partes da Amazônias.

Francisco Bento da Silva problematiza o papel dos agentes públicos em resolver os problemas enfrentados na época utilizando documentos oficiais. Neles, o autor identifica narrativas a respeito dos espaços amazônicos, apresentando e questionando as afirmações que apontam um lugar com pouca higiene e de hábitos alimentares duvidosos. Também foram citadas, a partir de fontes, doenças e sua suposta relação ao consumo de alimentos estragados e a cachaça. A carne estragada, as conservas inválidas, junto ao clima quente, segundo alguns materiais mostrados pelo professor, eram o diagnóstico para o surgimento de nosologias, que, foram o ponto de partida para o início das movimentações por parte do poder público a respeito das normatizações da higiene, regulamentação de abates e fiscalização sanitária. Por isso, o autor se mostra perspicaz quando coloca o título do capítulo II como: “Bichos, florestas e doenças: o outro mundo selvagem”.

No capítulo III, aparecem, com os subtítulos: “A natureza selvagem do nativo; Os indígenas: violências e a indolência atávica”; “Deslocamento e apagamentos”; e o “Os indígenas e a nacionalidade”, distribuídos entre as páginas 141 e 179. Nessa parte o escritor foca nas pessoas, povos e dinâmicas sociais de resistências conscientes ao modelo capitalista. Diante dessa realidade, os caboclos, indígenas e mestiços se tornam referência do atraso, da selvageria e do importuno humano ao sonho colonizador. Segundo o autor, esse fator faz parte de movimentos geográficos, culturais, sociais, ideológicos que desenham o processo de apagamento das realidades vividas antes da conquista.

Ao debater com Luciana Murari, David Arnold, e outros autores, o escritor traça os

impactos na colisão entre os pensamentos civilizatórios, hegemonia social, e a busca pelo progresso em relação aos espaços e povos. Os indígenas, sertanejos, caboclos e outros personagens foram “obrigados” a assumirem hábitos europeus, incumbidos, por vezes, a serem as mãos escravas que eram a tração física e ideológica da busca pela modernidade. Para Silva (2020), tudo ficou diferente, nada mais passa pela vontade do morador, e sim do dominar, novas vestimentas, novas casas, novos olhares em busca de amansar e civilizador os “selvagens”. Diante dessas abordagens profundas e sistemáticas a respeito do “fator” humano, e do seu papel na construção e formação do “estado” acreano, o autor batiza o capítulo III sob o título: “Indígenas e caboclos no caminho da conquista e da colonização”.

O quarto e último capítulo é o resultado de toda essa engrenagem, se estruturando com os subtítulos: “A Bolívia como mulher e a representação colonial do gênero”; “Acre, o “mau” negócio do Brasil e a vitória de Pirro”; “Os heróis singulares e coletivos: ufanismos nas identidades inventadas” e o último subtítulo da obra “Nomenclatura e memórias em disputas”; que se decorre ao longo das páginas 183 e 234. Apresentado a partir de publicações de jornais e documentos oficiais da época, nesse derradeiro capítulo do livro, o autor problematiza o poder e o papel da imprensa na construção da identidade nacional acreana, vinculando acontecimentos, tratados e negociações para a criação dos “Heróis Acreanos”. Em suma, esses registros trazem a comprovação dos mitos, das origens, dos imaginários patrióticos e o regionalismo fronteiriço (Peru e Bolívia). O aguçado sentido do professor direciona a nomear o último capítulo como “As disputas pelo Acre: Narrativas do risível e do heroico”.

Nesse sentido, os discursos constroem um espaço de pequenez humana, no qual a fauna e a flora são apresentadas como um fator que predomina a “irrelevante” demografia, e, para o autor, esse discurso é o ponto de partida para a construção da pátria acreana, onde na qual a concepção de colonização e civilização começa a ser implantada de forma sistemática. Ao observar o espaço como lugar vazio, o colonizador coloca em curso uma situação de catástrofe demográfica, cultural e social. Além da invasão de terras indígenas, o autor pontua também o uso de índios nas mudanças do próprio território em prol da modernização desses espaços. Para o pesquisador, o discurso predominante é que o “povo” que ajuda o governo é um “povo” patriota e civilizado.

O professor Francisco Bento da Silva, além de trazer uma leitura dinâmica, poética, inovadora e de fácil compreensão, também proporciona um texto repleto de referenciais teóricos e de diversos tipos de fontes, que facilitam a produção do conhecimento ou como ele afirma também do “desconhecimento” sobre a construção histórica acreana. Outro benefício para os

leitores de primeira viagem é a compreensão que a obra proporciona a respeito das noções de espaço, território, hegemonia historiográfica, modernidade, civilização, formação do cenário político, social e cultural do Acre. Além disso, a facilidade de acesso, seja em documentos digitais (PDF'S) grátis ou no modelo físico, utilizado nesta resenha, disponíveis para venda com o autor e em algumas livrarias de Rio Branco/AC, tornam a obra acessível e disponível.

O livro “Acre, Formas de Olhar e de Narrar: Natureza e História nas Ausências” é a materialização das preocupações que inquietam alguns historiadores e pesquisadores do campo das ciências humanas nas/das Amazônias. Esses, buscam desfazer, desdizer, desmontar ou desconstruir espaços e vivências estigmatizados e caracterizados pela historiografia personalista, eurocêntrica e hegemônica. Entre esses pesquisadores, o professor Francisco Bento se propôs a problematizar através da estética, da caricatura, do excentricíssimo, da adjetivação, da natureza e dos seres inexistentes que existem, à sociedade imaginada a partir da mentalidade de estado-nação.

O livro percorre a metade do século XX, através de fontes documentais e de referenciais teóricos que remontam esses imaginários descritivos, que desfizeram e refizeram as dinâmicas sociais, culturais, e políticas nas/das múltiplas histórias geradas a partir dos espaços e tempos históricos. A obra problematiza os adjetivos, que perpassavam e perpassam o campo da zombaria, da sátira, do sarcasmo a respeito do espaço e dos saberes e indivíduos amazônicos. O texto é um desdizer do dito, um dizer do não dito, que fragmenta o senso comum e revela a essência de coisas, de casos e acasos nas/das lacunas que circulam as histórias do Acre.

SOBRE O AUTOR:

Francisco Bento da Silva possui graduação em Ciências Sociais, com bacharelado em Ciência Política, pela Universidade Federal do Acre - UFAC (1998); é mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2002) e Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2010). Fez Pós-doutorado em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2020). Atualmente é Professor Associado I do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre - UFAC. Atualmente atua como professor na graduação dos cursos de bacharelado em História e licenciatura em História da mesma universidade. É também professor dos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade - PPGLI/UFAC. Tem publicado outras obras Ele publicou algumas obras,, tais como: “Autoritarismo e Personalismo no executivo acreano – 1921/1964”; “Acre, a Sibéria Tropical: prisões e desterros para regiões do Acre – 1904/1910”,

Das Amazônias / REVISTA DISCENTE DE HISTÓRIA DA UFAC

ISSN: 2674-5968

cuja primeira edição é de 2013. E-mail para contato: chicobento_ac@yahoo.com.br. Perfil *on line*:
<https://ufac.academia.edu/FranciscoBentoSilva>.

Data de submissão: 22/02/2021

Data de aprovação: 20/04/2021